

DE ACORDO COM O EDITAL N° 01/2026



# POLÍCIA PENAL-RS

POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PEDAGOGIA ANALISTA DA POLÍCIA PENAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Gerais Relativos ao Sistema Prisional
- ▶ Conhecimentos Específicos

**BÔNUS**  
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



# **AVISO IMPORTANTE:** **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

## **POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?**



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:  
Acesse agora: [www.apostilasopcao.com.br](http://www.apostilasopcao.com.br)

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

**Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.**





# **POLÍCIA PENAL-RS**

**POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**ANALISTA DA POLÍCIA PENAL - PEDAGOGIA**

EDITAL N° 01/2026

CÓD: OP-090MA-26  
7908403593859

## ÍNDICE

# Língua Portuguesa

1. Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch .....	9
2. Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas.....	16
3. Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi .....	20
4. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch .....	24
5. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	26
6. Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto Federal nº 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete.....	28
7. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra .....	31
8. Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra .....	34
9. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra .....	36
10. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos .....	40
11. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra .....	45

# Informática

1. Conhecimentos do sistema operacional Microsoft Windows 10: Área de Trabalho (Exibir, Classificar, Atualizar, Resolução da tela, Gadgets) e Menu Iniciar (Documentos, Imagens, Computador, Painel de Controle, Dispositivos e Impressoras, programa Padrão, Ajuda e Suporte, Desligar, Todos os programas, Pesquisar programa e Arquivos e Ponto de Partida): saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, classificar, ver as propriedades, identificar, usar e configurar, utilizando menus rápidos ou suspensos, painéis, listas, caixa de pesquisa, menus, ícones, janelas, teclado e/ou mouse; Propriedades da Barra de Tarefas, do Menu Iniciar e do Gerenciador de Tarefas: saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, identificar, usar, fechar programa e configurar, utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse; Janelas (navegação no Windows e o trabalho com arquivos, pastas e bibliotecas), Painel de Controle e Lixeira: saber exibir, alterar, organizar, identificar, usar e configurar ambientes, componentes da janela, menus, barras de ferramentas e ícones; usar as funcionalidades das janelas, programa e aplicativos utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse; Bibliotecas, Arquivos, Pastas, Ícones e Atalhos: realizar ações e operações sobre bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos: localizar, copiar, mover, criar, criar atalhos, criptografar, ocultar, excluir, recortar, colar, renomear, abrir, abrir com, editar, enviar para, propriedades e etc.; e Nomes válidos: identificar e utilizar nomes válidos para bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos .....	57
---	----

## ÍNDICE

2.	Conhecimentos sobre o programa Microsoft Office 365 - Word: Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões, incluindo número de páginas e palavras, erros de revisão, idioma, modos de exibição do documento e zoom; Documentos: abrir, fechar, criar, excluir, visualizar, formatar, alterar, salvar, configurar documentos, utilizado as barras de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse; Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os botões e ícones das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Referências, Correspondências, Revisão e Exibição, para formatar, personalizar, configurar, alterar e reconhecer a formatação de textos e documentos; e Ajuda: saber usar a Ajuda .....	78
3.	Conhecimentos sobre o programa Microsoft Office 365 - Excel: Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões; Elementos: definir e identificar célula, planilha e pasta; saber selecionar e reconhecer a seleção de células, planilhas e pastas; Planilhas e Pastas: abrir, fechar, criar, visualizar, formatar, salvar, alterar, excluir, renomear, personalizar, configurar planilhas e pastas, utilizar fórmulas e funções, utilizar as barra de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse; Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os ícones e botões das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Fórmulas, Dados, Revisão e Exibição, para formatar, alterar, selecionar células, configurar, reconhecer a formatação de textos e documentos e reconhecer a seleção de células; Fórmulas: saber o significado e resultado de fórmulas; e Ajuda: saber usar a Ajuda .....	82
4.	Google Chrome versão atualizada: Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Google Chrome .....	86
5.	Mozilla Firefox versão atualizada: Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Mozilla Firefox .....	90
6.	Microsoft Edge: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; identificar e usar as funcionalidades da barra de ferramentas e de status; identificar e usar as funcionalidades dos menus; identificar e usar as funcionalidades das barras de Menus, Favoritos, Botões do Modo de Exibição de Compatibilidade, Barra de Comandos, Barra de Status; e utilizar teclas de atalho para qualquer operação.....	92
7.	Microsoft Office 365 Outlook 2016: Contas de e-mail, endereços de e-mail, escrever, enviar, responder e encaminhar mensagens, destinatário oculto, arquivos anexos, organizar e selecionar mensagens recebidas. Importar e exportar mensagens. Funcionalidade dos menus, ferramentas e teclas de atalho.....	94
8.	Ferramentas de Inteligência Artificiais generativas .....	97

## Raciocínio Lógico

1.	Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações .....	103
2.	Proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional. Construção de tabelas-verdade. Tautologias, contradições e contingências. Implicação lógica, equivalência lógica. Leis de De Morgan. Sentenças abertas e operações lógicas sobre sentenças abertas .....	106
3.	Quantificador universal, quantificador existencial, negação de proposições quantificadas.....	111
4.	Lógica de argumentação. Argumentos lógicos dedutivos e argumentos categóricos. Argumentação e dedução lógica ....	113
5.	Diagramas lógicos .....	117
6.	Identificação de padrões; sequências lógicas de números, letras, palavras e figuras.....	118

## ÍNDICE

## Conhecimentos Gerais Relativos ao Sistema Prisional

1. Estrutura do Sistema Prisional. Conceito e objetivos do sistema prisional.....	125
2. Tipos de estabelecimentos prisionais: penitenciárias, casas de detenção, centros de recuperação e unidades de internação.....	129
3. Classificação de detentos por gravidade do crime e regime de cumprimento de pena: fechado, semiaberto e aberto.....	136
4. Organização administrativa do sistema prisional e papel da Polícia Penal .....	143
5. Legislação Aplicável Constituição Federal: direitos fundamentais do detento e princípio da dignidade da pessoa humana.....	147
6. Lei nº 7.210/1984 de Execução Penal: direitos e deveres do detento; classificação e tratamento penitenciário; trabalho e estudo no sistema prisional .....	152
7. Normas e portarias estaduais do Rio Grande do Sul sobre administração prisional: Lei Complementar nº 16.449/2025 (Estatuto da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul) .....	172
8. Decreto Estadual nº 57.389/2023 (Regulamenta a remoção dos servidores das carreiras vinculadas ao Instituto-Geral de Perícias, à Polícia Civil e à Polícia Penal) .....	185
9. Instrução Normativa nº 014/2023 GAB/SUP (Regulamenta o ingresso de visitas e materiais em Estabelecimentos Prisionais do Estado do Rio Grande do Sul) .....	187
10. Instrução Normativa nº 019/2023 GAB/SUP (Estabelece normas gerais para o pagamento de diárias de viagens e os procedimentos a serem adotados no âmbito da Polícia Penal) .....	200
11. Instrução Normativa nº 001/2024 GAB/SUP (Institui o regulamento do material Bélico da Polícia Penal).....	200
12. Instrução Normativa nº 001/2025 GAB/SUP (Institui e orienta a realização de “televisitas” no âmbito da Polícia Penal) .	205
13. Instrução Normativa nº 002/2026 GAB/SUP (Estabelece os procedimentos relativos ao inventário, guarda, movimentações e baixa de bens patrimoniais no âmbito da Polícia Penal).....	205

## Conhecimentos Específicos Analista da Polícia Penal - Pedagogia

1. Princípios, fundamentos e objetivos da educação brasileira, conforme a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) .....	215
2. Organização da educação nacional: níveis, etapas e modalidades de ensino .....	218
3. Educação de Jovens e Adultos (EJA): fundamentos, características e organização.....	221
4. Resolução nº 376, de 21 de junho de 2023: Institui as normas complementares para a Modalidade EJA - Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino do RS.....	224
5. Andragogia: conceitos, fundamentos e especificidades da educação de adultos .....	229
6. Políticas de avaliação e certificação educacional no sistema prisional: ENEM PPL (Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade) e ENCCEJA PPL (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade) .....	232
7. Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010: Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.....	235
8. Resolução CNPCP nº 3, de 11 de março de 2009: Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais.....	237
9. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011: Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional.....	241

---

## ÍNDICE

---

10. Resolução CNJ nº 391, de 10 de maio de 2021: Diretrizes para o reconhecimento da remição de pena por meio de práticas sociais educativas .....	242
11. Normativas internacionais de direitos humanos aplicáveis ao sistema prisional: Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) .....	245
12. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Nelson Mandela).....	257
13. Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok) .....	271

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

**LEITURA, INTERPRETAÇÃO E RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS DE TEXTOS DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS, FATO E OPINIÃO, INTENCIONALIDADE DISCURSIVA, ANÁLISE DE IMPLÍCITOS E SUBENTENDIDOS E DE EFEITOS DE SENTIDO DE ACORDO COM JOSÉ LUIZ FIORIN E FRANCISCO PLATÃO SAVIOLI, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS E RECURSOS DE ARGUMENTAÇÃO DE ACORDO COM ENI ORLANDI, ELISA GUIMARÃES, ENEIDA GUIMARÃES E INGEDORE VILLAÇA KOCH**

## LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS

A leitura e interpretação de gêneros textuais distintos são habilidades fundamentais para compreender a multiplicidade de sentidos produzidos em diferentes contextos comunicativos. Segundo Ingedore Villaça Koch, os gêneros textuais são formas de organização discursiva que atendem a propósitos sociais específicos, e sua identificação é essencial para uma interpretação adequada.

### ► O que são gêneros textuais?

Os gêneros textuais são estruturas textuais reconhecíveis que se desenvolvem e se transformam em resposta às necessidades comunicativas de uma comunidade. Esses gêneros são determinados pelas condições de produção, objetivos comunicativos, público-alvo e contexto histórico-social.

▪ **Exemplos de gêneros textuais:** carta, notícia, reportagem, poema, receita culinária, artigo científico, e-mails, posts em redes sociais, entre outros.

### Características dos gêneros textuais:

Cada gênero possui características próprias que orientam a forma como o leitor deve interpretá-lo. Essas características incluem:

#### Finalidade comunicativa:

▪ A função do gênero textual define seu propósito principal.  
*Ex.: Uma receita culinária instrui o leitor a preparar um prato; um poema busca despertar emoções.*

#### Estrutura composicional:

▪ Refere-se à organização típica do gênero.  
*Ex.: Um e-mail apresenta geralmente um cabeçalho (destinatário e remetente), um corpo textual e uma saudação final.*

#### Estilo linguístico:

▪ Depende do nível de formalidade, da escolha lexical e das construções gramaticais.

*Ex.: Um contrato apresenta linguagem formal e objetiva, enquanto uma conversa por mensagens utiliza uma linguagem mais informal.*

### ► Estratégias de leitura e interpretação

Para interpretar corretamente textos de gêneros diversos, é necessário adotar algumas estratégias específicas:

#### Identificar o gênero textual:

▪ Reconheça as marcas distintivas do gênero, como a diagramação (em anúncios), o uso de elementos gráficos (em infográficos) ou a segmentação em tópicos (em manuais de instrução).

#### Compreender o contexto de produção e recepção:

▪ Analise o momento histórico, os valores culturais e as intenções do emissor para interpretar adequadamente o texto.

*Ex.: Um editorial escrito durante uma crise política reflete uma perspectiva contextualizada daquela situação.*

#### Reconhecer elementos explícitos e implícitos:

▪ Identifique as informações claramente apresentadas (explícitas) e as que exigem inferências (implícitas), levando em conta o gênero textual.

*Ex.: Em um texto publicitário, o apelo ao consumo pode ser indireto, por meio de associações emocionais.*

### Exemplos práticos de leitura de gêneros textuais

▪ **Notícia:** Apresenta informações factuais, estrutura-se em título, subtítulo e corpo textual, e segue critérios de objetividade e imparcialidade.

▪ **Artigo de opinião:** Tem como objetivo persuadir o leitor, utilizando argumentos subjetivos e juízos de valor.

▪ **Memes e posts em redes sociais:** Combina elementos verbais e visuais, muitas vezes de forma humorística ou irônica, e depende de um contexto compartilhado para gerar efeito de sentido.

### A importância da leitura crítica

A leitura crítica permite ao leitor não apenas compreender o texto, mas também questionar as intenções do autor e os efeitos de sentido produzidos. Essa habilidade é crucial em um mundo repleto de informações, onde a interpretação inadequada pode levar à disseminação de fake news ou à má compreensão de mensagens.

A leitura e interpretação de gêneros textuais diversos demandam sensibilidade às especificidades de cada gênero, ao contexto em que o texto foi produzido e ao objetivo comunicativo. O domínio dessas habilidades fortalece a capacidade crítica e a competência textual, indispensáveis para a compreensão e produção de textos nos mais variados âmbitos.

## AMOSTRA

**FATO E OPINIÃO: DISTINÇÃO E RELEVÂNCIA**

A distinção entre fato e opinião é um aspecto essencial da leitura crítica e da análise textual, sendo indispensável para a avaliação de informações e a construção de argumentos sólidos.

Esse tema é amplamente abordado por autores como José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, que destacam a importância de compreender a objetividade dos fatos e a subjetividade das opiniões, especialmente em contextos argumentativos e persuasivos.

► **O que é um fato?**

Um fato é uma informação objetiva, verificável e que representa um acontecimento ou situação da realidade. Sua principal característica é a possibilidade de comprovação, seja por meio de dados, registros documentais ou evidências concretas.

*Ex.: “A Terra orbita ao redor do Sol.”*

Este enunciado pode ser comprovado por estudos científicos e observações astronômicas.

▪ **Marcas linguísticas típicas de um fato:**

Uso de verbos no presente do indicativo para expressar constatações ou universalidades.

*Ex.: “O Brasil é o maior exportador de café do mundo.”*

▪ Presença de dados e números.

*Ex.: “Em 2023, o PIB global cresceu 2,9%.”*

► **O que é uma opinião?**

Uma opinião é uma manifestação subjetiva, baseada em crenças, valores, preferências ou interpretações individuais. Ao contrário do fato, a opinião não pode ser provada ou medida objetivamente, pois reflete um julgamento pessoal.

*Ex.: “O café brasileiro é o melhor do mundo.”*

Este enunciado expressa um juízo de valor, não passível de comprovação universal.

▪ **Marcas linguísticas típicas de uma opinião:**

Uso de adjetivos qualificativos e advérbios que expressam subjetividade.

*Ex.: “Este filme é incrivelmente emocionante.”*

Presença de verbos de opinião ou crença, como “achar”, “acreditar”, “considerar”.

*Ex.: “Eu acho que essa proposta é injusta.”*

► **A relevância da distinção**

A distinção entre fato e opinião é vital em diversos contextos, como na interpretação de textos jornalísticos, na análise de discursos argumentativos e no combate à desinformação. Saber diferenciar essas categorias permite:

▪ **Avaliar a credibilidade da informação:** Textos factuais fornecem dados que podem ser verificados, enquanto textos opinativos expressam interpretações ou julgamentos.

▪ **Identificar vieses ideológicos:** Opiniões frequentemente carregam valores e interesses que podem influenciar a interpretação dos fatos.

*Ex.: Em um artigo de opinião, o autor pode selecionar fatos que reforcem seu ponto de vista, omitindo outros que o contradigam.*

▪ **Desenvolver uma leitura crítica:** Reconhecer quando um texto apresenta fatos ou opiniões evita interpretações equivocadas, especialmente em debates polêmicos ou em textos persuasivos.

► **Exemplos práticos de distinção**

**Notícia jornalística:**

▪ **Fato:** “A inflação acumulada em 2024 foi de 4,5%.”

▪ **Opinião:** “Esse índice de inflação demonstra uma recuperação lenta da economia.”

**Discurso publicitário:**

▪ **Fato:** “Este carro possui um motor de 200 cavalos.”

▪ **Opinião:** “Este é o melhor carro da categoria.”

**Como identificar e analisar fatos e opiniões**

**Verificar fontes:**

▪ Um fato deve ter respaldo em fontes confiáveis e verificáveis.

*Ex.: Dados fornecidos por instituições como IBGE ou ONU têm maior credibilidade.*

**Reconhecer marcadores subjetivos:**

▪ Palavras como “excelente”, “terrível”, “justo” e “injusto” indicam opinião.

**Considerar o gênero textual:**

▪ Textos opinativos (editoriais, colunas de opinião) têm como objetivo persuadir, enquanto textos informativos (notícias, relatórios) priorizam a neutralidade.

**Contextualizar informações:**

▪ Um mesmo dado pode ser usado para apoiar diferentes interpretações, dependendo do contexto em que é apresentado.

Compreender a distinção entre fato e opinião é uma habilidade indispensável para interpretar textos de forma crítica, identificar intencionalidades e avaliar a validade das informações. Essa capacidade é particularmente relevante em uma sociedade marcada pela sobrecarga informacional e pelo risco de manipulação discursiva, tornando o leitor mais apto a participar ativamente do debate público e a formar opiniões fundamentadas.

**INTENCIONALIDADE DISCURSIVA E ANÁLISE DE IMPLÍCITOS**

A intencionalidade discursiva e a análise de implícitos são conceitos centrais para compreender as nuances de sentido que um texto pode produzir. Esses aspectos refletem escolhas estratégicas do emissor para persuadir, informar, emocionar ou influenciar o receptor, muitas vezes de maneira sutil.

Segundo Eni Orlandi, o discurso é sempre intencional e situa-se em um contexto histórico, cultural e social, carregando significados explícitos e implícitos que requerem uma leitura crítica.

# INFORMÁTICA

**CONHECIMENTOS DO SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS 10: ÁREA DE TRABALHO (EXIBIR, CLASSIFICAR, ATUALIZAR, RESOLUÇÃO DA TELA, GADGETS) E MENU INICIAR (DOCUMENTOS, IMAGENS, COMPUTADOR, PAINEL DE CONTROLE, DISPOSITIVOS E IMPRESSORAS, PROGRAMA PADRÃO, AJUDA E SUPORTE, DESLIGAR, TODOS OS PROGRAMAS, PESQUISAR PROGRAMA E ARQUIVOS E PONTO DE PARTIDA): SABER TRABALHAR, EXIBIR, ALTERAR, ORGANIZAR, CLASSIFICAR, VER AS PROPRIEDADES, IDENTIFICAR, USAR E CONFIGURAR, UTILIZANDO MENUS RÁPIDOS OU SUSPENSOS, PAINÉIS, LISTAS, CAIXA DE PESQUISA, MENUS, ÍCONES, JANELAS, TECLADO E/OU MOUSE; PROPRIEDADES DA BARRA DE TAREFAS, DO MENU INICIAR E DO GERENCIADOR DE TAREFAS: SABER TRABALHAR, EXIBIR, ALTERAR, ORGANIZAR, IDENTIFICAR, USAR, FECHAR PROGRAMA E CONFIGURAR, UTILIZANDO AS PARTES DA JANELA (BOTÕES, PAINÉIS, LISTAS, CAIXA DE PESQUISA, CAIXAS DE MARCAÇÃO, MENUS, ÍCONES E ETC.), TECLADO E/OU MOUSE; JANELAS (NAVEGAÇÃO NO WINDOWS E O TRABALHO COM ARQUIVOS, PASTAS E BIBLIOTECAS), PAINEL DE CONTROLE E LIXEIRA: SABER EXIBIR, ALTERAR, ORGANIZAR, IDENTIFICAR, USAR E CONFIGURAR AMBIENTES, COMPONENTES DA JANELA, MENUS, BARRAS DE FERRAMENTAS E ÍCONES; USAR AS FUNCIONALIDADES DAS JANELAS, PROGRAMA E APLICATIVOS UTILIZANDO AS PARTES DA JANELA (BOTÕES, PAINÉIS, LISTAS, CAIXA DE PESQUISA, CAIXAS DE MARCAÇÃO, MENUS, ÍCONES E ETC.), TECLADO E/OU MOUSE; BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, PASTAS, ÍCONES E ATALHOS: REALIZAR AÇÕES E OPERAÇÕES SOBRE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, PASTAS, ÍCONES E ATALHOS: LOCALIZAR, COPIAR, MOVER, CRIAR, CRIAR ATALHOS, CRIPTOGRAFAR, OCULTAR, EXCLUIR, RECORTAR, COLAR, RENOMEAR, ABRIR, ABRIR COM, EDITAR, ENVIAR PARA, PROPRIEDADES E ETC.; E NOMES VÁLIDOS: IDENTIFICAR E UTILIZAR NOMES VÁLIDOS PARA BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, PASTAS, ÍCONES E ATALHOS**

## Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

### Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

### Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

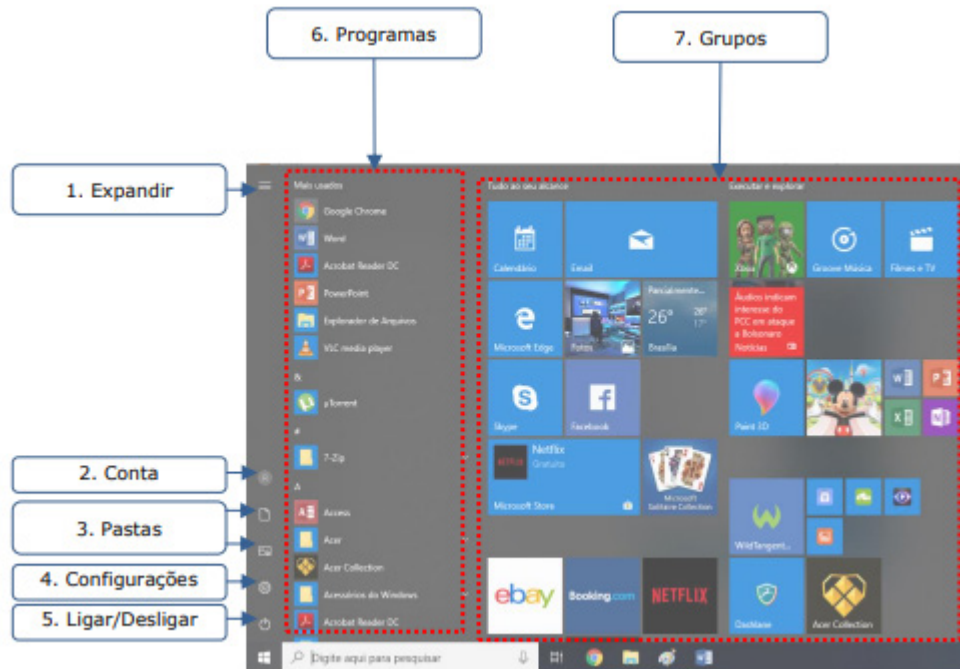


## AMOSTRA

### Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

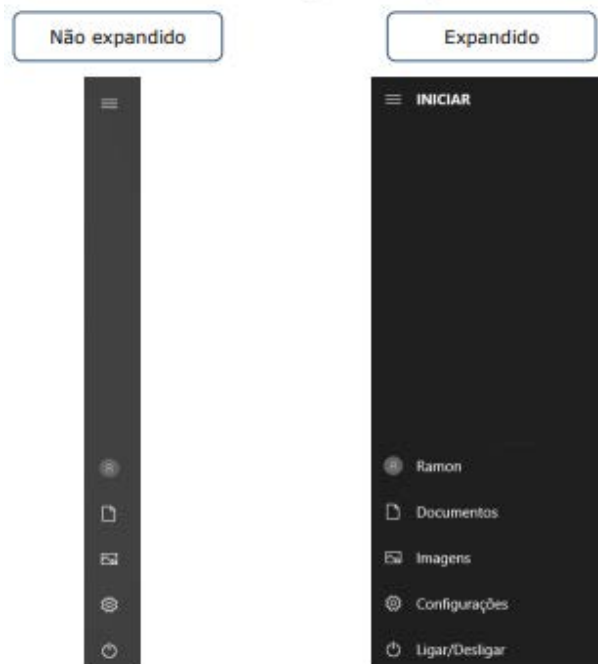
#### Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



#### Menu Iniciar

**Expandir:** botão utilizado para expandir os itens do menu.



#### Botão Expandir

# RACIOCÍNIO LÓGICO

**ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES**

## ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

**01.** Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- O médico é casado com Maria.
- Paulo é advogado.
- Patrícia não é casada com Paulo.
- Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo – Construir a tabela dos dados.** Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo – Construir a tabela gabarito.** Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		

▪ **3º passo preenchimento de nossa tabela,** com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:



AMOSTRA

**O médico é casado com Maria:** marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

**ATENÇÃO:** se o médico é casado com Maria, ele NÃO PODE ser casado com Lúcia e Patrícia, então colocamos “N” no cruzamento de Medicina e elas. E se Maria é casada com o médico, logo ela NÃO PODE ser casada com o engenheiro e nem com o advogado (logo colocamos “N” no cruzamento do nome de Maria com essas profissões).

**Paulo é advogado:** Vamos preencher as duas tabelas (tabela gabarito e tabela principal) agora.

**Patrícia não é casada com Paulo:** Vamos preencher com “N” na tabela principal

**Carlos não é médico:** preenchamos com um “N” na tabela principal a célula comum a Carlos e “médico”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N		N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Notamos aqui que Luís então é o médico, pois foi a célula que ficou em branco. Podemos também completar a tabela gabarito.

Novamente observamos uma célula vazia no cruzamento de Carlos com Engenharia. Marcamos um “S” nesta célula. E preenchemos sua tabela gabarito.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos	Engenheiro	
Luís	Médico	
Paulo	Advogado	



# CONHECIMENTOS GERAIS RELATIVOS AO SISTEMA PRISIONAL

## ESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL. CONCEITO E OBJETIVOS DO SISTEMA PRISIONAL

O sistema prisional pode ser compreendido como o conjunto organizado de instituições, normas, estabelecimentos, agentes públicos, procedimentos e políticas responsáveis pela custódia, vigilância, assistência, disciplina e acompanhamento das pessoas privadas de liberdade. Ele não se limita ao espaço físico da prisão, pois envolve uma estrutura estatal mais ampla, formada por unidades penais, órgãos administrativos, servidores penitenciários, regras de execução penal, mecanismos de controle e programas voltados à reintegração social.

Em sentido jurídico e institucional, o sistema prisional está diretamente relacionado à execução das penas privativas de liberdade e das medidas de custódia determinadas pelo Poder Judiciário. Quando uma pessoa é presa provisoriamente ou condenada definitivamente a cumprir pena em regime fechado, semiaberto ou, em certas situações, submetida a restrições específicas de liberdade, o Estado assume a responsabilidade de custodiar essa pessoa conforme a lei. Essa custódia, contudo, não autoriza tratamento arbitrário, degradante ou desumano. Pelo contrário, a privação de liberdade deve ocorrer dentro de limites legais, respeitando a dignidade da pessoa humana e os direitos que não foram atingidos pela decisão judicial.

Assim, o sistema prisional possui dupla natureza: é, ao mesmo tempo, instrumento de controle estatal e espaço de execução de direitos e deveres. De um lado, serve para garantir o cumprimento de decisões judiciais, preservar a ordem pública e impedir fugas ou novas práticas criminosas durante o período de custódia. De outro, deve oferecer condições mínimas para que a pena seja cumprida de forma legal, organizada e orientada à reinserção social.

### ► Relação entre sistema prisional, execução penal e segurança pública

O sistema prisional integra o campo da segurança pública, mas possui características próprias. Enquanto as polícias atuam predominantemente na prevenção imediata, investigação e repressão de infrações penais, o sistema prisional atua em etapa posterior ou paralela à persecução penal, especialmente quando há prisão cautelar ou condenação criminal. Sua função é manter sob custódia pessoas privadas de liberdade por ordem judicial, garantindo segurança, disciplina e observância da legislação penal e processual.

A execução penal é o ramo que organiza juridicamente o cumprimento da pena e das medidas impostas ao condenado ou preso provisório. É por meio dela que se definem direitos, deveres, benefícios, sanções disciplinares, regimes de cumprimento de pena, assistência material, saúde, educação, trabalho

e acompanhamento judicial. Desse modo, o sistema prisional é a estrutura material e administrativa que torna possível a execução penal no cotidiano.

Essa relação pode ser entendida de forma mais clara a partir de três dimensões complementares:

- A dimensão judicial envolve as decisões do Poder Judiciário sobre prisão, condenação, progressão de regime, livramento condicional, remição de pena, sanções e benefícios previstos em lei.
- A dimensão administrativa compreende a gestão das unidades prisionais, a atuação dos servidores penitenciários, a organização das rotinas internas, a segurança, a disciplina e a prestação de assistências.
- A dimensão social refere-se à finalidade de preparar a pessoa privada de liberdade para o retorno ao convívio social, reduzindo a reincidência e favorecendo a reconstrução de vínculos familiares, profissionais e comunitários.

Portanto, o sistema prisional não deve ser visto apenas como local de isolamento. Ele é parte de uma engrenagem institucional maior, que envolve Justiça Criminal, segurança pública, políticas sociais e garantia de direitos fundamentais.

### ► Finalidade institucional do sistema prisional

A finalidade institucional do sistema prisional consiste em executar, de maneira legal e controlada, a privação de liberdade determinada pelo Estado. Essa finalidade envolve proteger a sociedade, assegurar o cumprimento da pena ou da prisão provisória e criar condições para que a pessoa custodiada possa, gradualmente, retornar ao convívio social.

A prisão, em um Estado Democrático de Direito, não pode ser compreendida como vingança estatal. A pena possui caráter sancionatório, pois representa uma resposta jurídica à prática de uma infração penal, mas também deve possuir finalidade preventiva e ressocializadora. Isso significa que o sistema prisional deve buscar impedir a continuidade da prática criminosa durante a custódia, desestimular novas infrações e oferecer oportunidades de mudança de trajetória.

A finalidade institucional do sistema prisional também exige equilíbrio entre segurança e humanidade. A segurança é indispensável para evitar fugas, rebeliões, violência interna, entrada de objetos ilícitos e atuação de organizações criminosas dentro das unidades. Entretanto, a segurança não elimina a obrigação estatal de garantir alimentação, saúde, higiene, integridade física, assistência jurídica, educação, trabalho e respeito à dignidade da pessoa presa. A pessoa privada de liberdade perde, temporariamente, o direito de ir e vir, mas não perde sua condição de sujeito de direitos.

## AMOSTRA

### ► Diferença entre prisão, pena, custódia e estabelecimento penal

Para compreender corretamente a estrutura do sistema prisional, é importante distinguir alguns conceitos próximos, mas não equivalentes. Essa diferenciação evita confusões comuns e permite entender melhor o funcionamento da execução penal.

- Prisão é a restrição ou privação da liberdade de uma pessoa por ordem legal ou judicial, podendo ocorrer antes da condenação definitiva, como nas prisões provisórias, ou após a condenação.
- Pena é a consequência jurídica imposta ao condenado pela prática de uma infração penal, podendo envolver privação de liberdade, restrição de direitos ou pagamento de multa, conforme o caso.
- Custódia é o dever estatal de guardar, vigiar, proteger e controlar a pessoa privada de liberdade, garantindo que ela permaneça à disposição da Justiça e tenha seus direitos preservados.
- Estabelecimento penal é o local físico destinado ao cumprimento da prisão ou da pena, como penitenciárias, presídios, cadeias públicas, colônias penais, casas de albergado e hospitais de custódia, conforme a finalidade prevista.

Esses conceitos se articulam no funcionamento prático do sistema. Uma pessoa pode estar presa provisoriamente sem ainda cumprir pena definitiva; pode estar condenada e, portanto, submetida à execução penal; pode estar sob custódia estatal em determinado estabelecimento penal; e pode cumprir a pena em regime específico, conforme decisão judicial. A compreensão dessas diferenças é essencial para analisar a estrutura prisional com precisão técnica e visão institucional.

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA PRISIONAL

#### ► Órgãos e instituições que compõem o sistema prisional

A estrutura organizacional do sistema prisional é formada por um conjunto de órgãos, instituições e agentes públicos responsáveis por planejar, administrar, fiscalizar e executar a custódia das pessoas privadas de liberdade. Essa estrutura não funciona de maneira isolada, pois depende da atuação articulada entre Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, conselhos de fiscalização, órgãos de segurança pública e entidades responsáveis por políticas sociais.

No plano administrativo, a gestão cotidiana do sistema prisional costuma ser atribuição do Poder Executivo, especialmente por meio das secretarias estaduais responsáveis pela administração penitenciária, justiça, segurança pública ou áreas equivalentes. Essas secretarias organizam unidades prisionais, definem protocolos de segurança, administram servidores, supervisionam contratos, coordenam escoltas, controlam vagas, promovem políticas de assistência e executam programas de educação, trabalho e saúde no ambiente prisional.

O Poder Judiciário exerce papel essencial na execução penal, pois acompanha a legalidade da prisão, decide sobre benefícios, fiscaliza o cumprimento da pena, analisa pedidos de progressão de regime, livramento condicional, remição e aplicação de sanções disciplinares de maior impacto. O Ministério Público atua na fiscalização da lei e pode requerer providências para correção

de irregularidades. A Defensoria Pública, por sua vez, é indispensável para garantir assistência jurídica às pessoas presas que não possuem advogado constituído.

Além desses órgãos, conselhos penitenciários, conselhos da comunidade, corregedorias, ouvidorias e mecanismos de inspeção contribuem para o controle externo e social do sistema. Essa rede institucional existe porque a prisão concentra grande poder estatal sobre indivíduos em situação de vulnerabilidade, exigindo fiscalização permanente, transparência e respeito aos limites legais.

#### ► Estabelecimentos penais e suas funções

Os estabelecimentos penais são os espaços físicos destinados à custódia, ao cumprimento de pena, à internação, ao tratamento ou ao recolhimento de pessoas privadas de liberdade. Cada tipo de estabelecimento deve corresponder à situação jurídica da pessoa presa, ao regime de cumprimento da pena e às necessidades administrativas e legais da execução penal.

A correta organização dos estabelecimentos é fundamental para evitar violações de direitos e problemas de segurança. Quando presos provisórios são mantidos junto de condenados definitivos, quando pessoas de regimes diferentes permanecem no mesmo espaço ou quando presos com perfis incompatíveis são colocados em convivência direta, aumentam os riscos de violência, aliciamento criminal, conflitos internos e agravamento da vulnerabilidade individual.

De modo didático, os principais estabelecimentos penais podem ser compreendidos a partir de suas finalidades específicas:

- A penitenciária destina-se, em regra, ao cumprimento da pena em regime fechado, sendo estruturada para maior controle de circulação, vigilância e segurança interna.
- A colônia agrícola, industrial ou similar relaciona-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto, permitindo maior vinculação com atividades de trabalho, disciplina e preparação gradual para a liberdade.
- A casa do albergado é destinada ao regime aberto e a determinadas penas restritivas, baseada em maior senso de responsabilidade do condenado e menor contenção física.
- A cadeia pública ou estabelecimento equivalente costuma receber presos provisórios, isto é, pessoas ainda não condenadas definitivamente, que permanecem à disposição da Justiça.
- O hospital de custódia e tratamento psiquiátrico atende pessoas submetidas a medida de segurança, especialmente quando há necessidade de tratamento em razão de transtorno mental relacionado à prática do fato penal.

A existência de diferentes tipos de estabelecimentos demonstra que o sistema prisional não deve tratar todas as pessoas presas de forma uniforme. A estrutura deve considerar regime, situação processual, periculosidade, saúde, gênero, idade, vulnerabilidade e demais critérios relevantes para a segurança e para a legalidade da custódia.

#### ► Classificação das unidades prisionais e separação dos presos

A classificação das unidades prisionais e a separação adequada das pessoas custodiadas são instrumentos centrais para a organização do sistema. Essa separação não é apenas uma medida administrativa; ela possui fundamento jurídico, humanitário e de segurança. Sua finalidade é impedir que pessoas em situações

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA, CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LEI Nº 9.394/1996)

#### A EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL E DEVER COMPARTILHADO

A educação brasileira deve ser compreendida, antes de tudo, como um direito fundamental de natureza social. Isso significa que ela não é um favor do Estado, nem uma atividade meramente assistencial, mas uma prestação essencial para a formação da pessoa, para a construção da cidadania e para o desenvolvimento do país. A Constituição Federal de 1988 inseriu a educação no conjunto dos direitos sociais, ao lado de outros direitos indispensáveis à vida digna, como saúde, trabalho, moradia, alimentação, segurança, previdência social e assistência aos desamparados. Dessa forma, estudar os princípios, fundamentos e objetivos da educação brasileira é compreender como o ordenamento jurídico organiza a formação humana, social, política e profissional dos indivíduos.

O ponto de partida mais importante está no art. 205 da Constituição Federal, segundo o qual: “*A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*” Esse dispositivo é extremamente cobrado em concursos públicos porque concentra a essência constitucional da educação brasileira. Nele aparecem os sujeitos responsáveis pela educação, os beneficiários desse direito e as grandes finalidades educacionais. A educação é direito de todos, ou seja, não pode ser restringida por condição econômica, origem social, raça, sexo, deficiência, idade, religião ou qualquer outra forma de discriminação. Ao mesmo tempo, é dever do Estado e da família, o que revela uma responsabilidade compartilhada, mas não idêntica: o Estado deve garantir políticas públicas, escolas, financiamento, acesso, permanência e qualidade; a família tem papel formativo, afetivo, moral e de acompanhamento do processo educativo.

A sociedade também aparece no art. 205, mas como colaboradora. Essa distinção costuma ser explorada em provas. A Constituição afirma que a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, mas o dever jurídico direto é atribuído ao Estado e à família. Isso não significa que a sociedade tenha papel irrelevante. Ao contrário, organizações sociais, empresas, universidades, conselhos, comunidades locais, movimentos sociais e instituições culturais podem contribuir para o processo educativo. Contudo, essa colaboração não substitui a obrigação estatal de garantir o direito à educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, desenvolve esse comando constitucional. Logo em seu art. 2º, estabelece: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Perceba que a LDB praticamente reproduz a tríade finalística da Constituição: pleno desenvolvimento, cidadania e trabalho. Entretanto, acrescenta expressamente que a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Isso mostra que a educação nacional não deve ser reduzida a treinamento técnico ou transmissão mecânica de conteúdos. Ela deve formar sujeitos livres, críticos, solidários e capazes de participar da vida social.

#### FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira está diretamente relacionada aos fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal. Entre eles, destacam-se a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Embora esses fundamentos não estejam localizados especificamente no capítulo da educação, eles orientam todo o sistema constitucional e, portanto, influenciam a interpretação das normas educacionais. A educação não pode ser analisada isoladamente; ela é um dos principais instrumentos para concretizar o projeto constitucional de sociedade democrática, justa, livre e solidária.

A dignidade da pessoa humana é talvez o fundamento mais amplo e importante para compreender a educação como direito fundamental. Uma pessoa sem acesso à educação de qualidade tem reduzidas suas possibilidades de participação social, de autonomia intelectual, de inserção profissional e de exercício de direitos. A educação permite que o indivíduo compreenda a realidade em que vive, desenvolva suas potencialidades, acesse bens culturais, participe da vida política e tome decisões com maior liberdade. Por isso, a negação do direito à educação não afeta apenas o aprendizado escolar; afeta a própria dignidade da pessoa.

A cidadania também está no centro do modelo educacional brasileiro. A Constituição não quer uma educação voltada apenas à formação de mão de obra, embora a qualificação para o trabalho seja uma finalidade expressa. O objetivo é mais amplo: formar pessoas capazes de exercer direitos, cumprir deveres, participar da vida pública, compreender as instituições democráticas, respeitar a diversidade e atuar na transformação da sociedade. Quando o art. 205 fala em “preparo para o exercício da cidadania”, ele indica que a escola tem papel político-pedagógico relevante. Isso não significa doutrinação partidária, mas formação para a convivência democrática, para o pensamento crítico e para a participação social responsável.

## AMOSTRA

Outro fundamento importante é o valor social do trabalho. A educação brasileira deve dialogar com o mundo do trabalho, mas sem se limitar a ele. A LDB reforça essa ideia ao afirmar, no art. 3º, que o ensino será ministrado com base na “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.” Essa vinculação significa que a escola não deve ser uma instituição desligada da vida concreta. Os conteúdos escolares precisam fazer sentido para a formação humana, para a compreensão da sociedade e para a atuação profissional futura. No entanto, é preciso cuidado: educação não é sinônimo de empregabilidade imediata. A preparação para o trabalho é uma das finalidades, mas deve caminhar junto com o desenvolvimento integral e com a cidadania.

O pluralismo político também fundamenta a educação. Em uma sociedade democrática, não existe uma única visão legítima de mundo imposta pelo Estado. A Constituição assegura a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Também garante o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Isso significa que a educação brasileira deve respeitar a diversidade de pensamentos, métodos, culturas e experiências. A escola deve ser espaço de diálogo, não de imposição autoritária. Para as provas, é importante memorizar que pluralismo não é ausência de critérios pedagógicos; é reconhecimento da diversidade dentro dos marcos constitucionais, científicos, democráticos e éticos.

Portanto, os fundamentos da educação brasileira estão ligados ao próprio Estado Democrático de Direito. A educação serve à dignidade, à cidadania, ao trabalho, à liberdade, à igualdade e à democracia. Quando uma questão de concurso perguntar sobre a finalidade constitucional da educação, a resposta normalmente estará conectada a essa visão ampla: formar integralmente a pessoa, prepará-la para a cidadania e qualificá-la para o trabalho.

### PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO ENSINO

O art. 206 da Constituição Federal apresenta os princípios que orientam o ensino no Brasil. Trata-se de um dos dispositivos mais importantes para concursos públicos na área da educação. Ele afirma que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios” e, em seguida, enumera valores que devem orientar a organização e a prática educacional. Esses princípios funcionam como diretrizes obrigatórias para o Estado, para os sistemas de ensino, para as escolas e para os profissionais da educação.

O primeiro princípio é a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” Esse comando revela que não basta abrir vagas. O direito à educação envolve ingresso, permanência, aprendizagem e conclusão. Uma política educacional que apenas matricula o estudante, mas não garante condições reais para que ele permaneça e aprenda, cumpre apenas parcialmente a Constituição. Por isso, programas de transporte escolar, alimentação escolar, material didático, atendimento educacional especializado, combate à evasão, inclusão de estudantes com deficiência e políticas de assistência estudantil estão relacionados a esse princípio. Em prova, cuidado com alternativas que falem apenas em “acesso”, omitindo a permanência. A Constituição exige os dois.

Outro princípio essencial é a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.” Esse princípio protege tanto o estudante quanto o professor e as instituições educacionais. A liberdade de aprender garante ao educando o direito de buscar conhecimento, desenvolver

pensamento crítico e ter contato com diferentes formas de saber. A liberdade de ensinar protege a atividade docente, desde que exercida com responsabilidade científica, pedagógica e ética. A liberdade de pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber conecta a educação à produção cultural, científica e intelectual.

A Constituição também prevê o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e a “coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.” O pluralismo de ideias impede que o ensino seja orientado por pensamento único. Já a coexistência entre instituições públicas e privadas indica que a educação pode ser ofertada tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, desde que observadas as normas gerais da educação nacional e a autorização e avaliação de qualidade pelo poder público. Isso não diminui o dever estatal de garantir educação pública; apenas reconhece que o sistema educacional brasileiro admite a atuação de instituições privadas.

A “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” é outro princípio de grande relevância. A educação pública ofertada pelo Estado deve ser gratuita nos estabelecimentos oficiais. Esse princípio está ligado à democratização do acesso, pois a cobrança de valores poderia impedir que grupos socialmente vulneráveis frequentassem a escola. A gratuidade, portanto, é instrumento de igualdade.

A valorização dos profissionais da educação escolar também aparece como princípio constitucional. A Constituição prevê a necessidade de planos de carreira, ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos para os profissionais das redes públicas, além de piso salarial profissional nacional. Esse ponto é muito cobrado em concursos porque relaciona qualidade da educação e valorização docente. Não há educação de qualidade sem profissionais bem formados, respeitados, remunerados adequadamente e inseridos em carreiras estruturadas.

Outro princípio é a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei.” Gestão democrática significa participação da comunidade escolar nos processos de decisão, planejamento, acompanhamento e avaliação. Conselhos escolares, grêmios estudantis, associações de pais, eleição ou consulta para direção escolar, projetos político-pedagógicos construídos coletivamente e transparência administrativa são exemplos de práticas associadas a esse princípio. Atenção: a Constituição fala em gestão democrática do ensino público, na forma da lei. Isso significa que a concretização desse princípio depende da legislação de cada sistema, mas sua existência decorre diretamente da Constituição.

Por fim, a Constituição assegura a “garantia de padrão de qualidade” e a “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.” A qualidade exige mais do que presença física na escola. Envolve aprendizagem efetiva, infraestrutura adequada, professores qualificados, materiais didáticos, currículo consistente, avaliação, inclusão e equidade. Já a aprendizagem ao longo da vida amplia a ideia de educação para além da infância e juventude, reconhecendo que o ser humano aprende em diferentes etapas da existência. Esse princípio dialoga com a educação de jovens e adultos, a formação continuada e a necessidade de atualização permanente em uma sociedade em constante transformação.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**EU QUERO SER APROVADO!**

